

Grupos de Pesquisa em Políticas Educacionais: um mapeamento no contexto paranaense

Monica Grutka ^I  

Marisa Schneckenberg ^{II}  

Resumo

O presente artigo faz parte da pesquisa de Mestrado em Educação intitulada *Grupos de Pesquisa em Políticas Educacionais no Paraná: um estudo metateórico sobre teses e dissertações* e discute a importância dos Grupos de Pesquisa para a formação acadêmica e para a consolidação do campo das políticas educacionais no contexto paranaense. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de natureza bibliográfica e documental, realizada a partir da análise de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, considerando grupos ativos entre 2020 e 2024. A investigação orienta-se pela seguinte questão: como os Grupos de Pesquisa em Políticas Educacionais, vinculados às universidades públicas do Paraná, se configuram e que papel desempenham na produção do conhecimento e na formação de pesquisadores? O estudo fundamenta-se nas epistemologias da política educacional, com destaque para as contribuições de Bourdieu e Mainardes, e dialoga com a literatura sobre políticas de ensino superior e Pós-Graduação no Brasil. Apresenta-se um mapeamento dos Grupos de Pesquisa que atuam nesse campo no Paraná, enfatizando sua constituição, linhas de pesquisa e lideranças. Os resultados evidenciam que esses grupos se configuram como espaços fundamentais de produção do conhecimento e de formação de pesquisadores.

Palavras-chave: grupos de pesquisa; políticas educacionais; pós-graduação.

^I Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, Paraná, Brasil. E-mail: monicagrutka@gmail.com.

^{II} Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada do Curso de Licenciatura em Pedagogia e no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, Paraná, Brasil. E-mail: marisaunicentro@hotmail.com.

Research Groups in Educational Policies: a mapping in the Paraná context

Abstract

This article is part of a Master's research in Education entitled *Research Groups in Educational Policies in Paraná: a metatheoretical study on theses and dissertations* and discusses the importance of Research Groups for academic training and for the consolidation of the field of educational policies in the context of Paraná. This is a qualitative-quantitative study of a bibliographic and documentary nature, conducted through the analysis of data from the CNPq Research Groups Directory, considering groups active between 2020 and 2024. The investigation is guided by the following question: how are Research Groups in Educational Policies, linked to public universities in Paraná, configured, and what role do they play in knowledge production and in the training of researchers? The study is grounded in the epistemologies of educational policy, with emphasis on the contributions of Bourdieu and Mainardes, and engages with the literature on higher education and graduate education policies in Brazil. A mapping of Research Groups operating in this field in Paraná is presented, highlighting their constitution, research lines, and leadership. The results show that these groups are configured as fundamental spaces for knowledge production and researcher training.

Keywords: Research Groups; Educational Policies; graduate education.



Grupos de Investigación en Políticas Educativas: un mapeo en el contexto paranaense

Resumen:

El presente artículo forma parte de la investigación de Maestría en Educación titulada *Grupos de Investigación en Políticas Educativas en Paraná: un estudio metateórico sobre tesis y disertaciones* y analiza la importancia de los Grupos de Investigación para la formación académica y la consolidación del campo de las políticas educativas en el contexto del estado de Paraná. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo-cuantitativo, de carácter bibliográfico y documental, realizada a partir del análisis de datos del Directorio de Grupos de Investigación del CNPq, considerando grupos activos entre 2020 y 2024. La investigación se orienta por la siguiente pregunta: ¿cómo se configuran los Grupos de Investigación en Políticas Educativas, vinculados a las universidades públicas de Paraná, y qué papel desempeñan en la producción del conocimiento y en la formación de investigadores? El estudio se fundamenta en las epistemologías de la política educativa, con énfasis en las contribuciones de Bourdieu y Mainardes, y dialoga con la literatura sobre políticas de educación superior y posgrado en Brasil. Se presenta un mapeo de los Grupos de Investigación que actúan en este campo en Paraná, destacando su constitución, líneas de investigación y liderazgos. Los resultados evidencian que estos grupos se configuran como espacios fundamentales para la producción del conocimiento y la formación de investigadores.

Palabras clave: Grupos de Investigación; Políticas Educativas; posgrado.



Introdução

Este artigo compõe a pesquisa de dissertação de Mestrado em Educação: ‘Grupos de Pesquisa em Políticas Educacionais no Paraná: um estudo Metateórico sobre teses e dissertações’, realizada pela mesma autora do presente estudo. Nesse contexto, podemos dizer que há uma relação entre Conhecimento Científico, a Pós-Graduação, os Grupos de Pesquisa e a produção do conhecimento. Essa vinculação entre produção científica e políticas públicas educacionais reflete especialmente no nível *stricto sensu*, que tem por objetivo a formação de pesquisadores capazes de gerar evidências, teorias e inovações para a melhoria das práticas e estruturas educacionais (Brasil, 2005, 2010).

O Sistema Nacional de PósGraduação – SNPG e os Planos Nacionais de PósGraduação – PNPG enfatizam que os Grupos de Pesquisa, consolidados formalmente no Diretório Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq desde 1992, são espaços cruciais para a interação entre pesquisadores, orientandos e parceiros institucionais, promovendo articulação entre produção de conhecimentos, formação acadêmica e influência em políticas públicas (Mainardes, 2021a).

No contexto contemporâneo, a educação brasileira enfrenta desafios significativos, como a precarização do trabalho docente, os processos de mercantilização do ensino superior e as pressões por produtividade acadêmica. Esses desafios impactam diretamente a Pós-Graduação e a pesquisa em educação, exigindo espaços coletivos de reflexão crítica, produção de conhecimento e formação de pesquisadores comprometidos com a transformação social.

No campo das políticas educacionais, os Grupos de Pesquisa atuam como comunidades epistêmicas e de prática, locais de construção coletiva de conhecimento científico que subsidiam a tomada de decisões e formulação de diretrizes educacionais. Ao integrar estudiosos, docentes e discentes, esses grupos fortalecem a formação de professorespesquisadores, estimulam



abordagens críticas e contextualizadas e promovem a busca por evidências empíricas que fundamentem intervenções no campo educacional (Mainardes, 2021b).

Nesse sentido, a participação em Grupos de Pesquisa pode auxiliar no ingresso à PósGraduação, e também potencializa a produção de conhecimento útil e relevante para o enfrentamento de desafios educacionais.

Nessa perspectiva, foi realizado um estudo sobre os Grupos de Pesquisa que atuam no campo das políticas educacionais e pertencem a universidades públicas do Paraná, que em números, correspondem a 21 Grupos. Para explicar esse quantitativo, esclarecemos que a busca foi realizada no DGPB¹, utilizando o termo de busca “Políticas educacionais”, e consultando por linha de pesquisa, o que resultou em 896 Grupos de Pesquisa. A partir desse resultado, foi realizado um refinamento desses resultados, tendo em vista o fator de tempo destinado à pesquisa, levando em conta que o objetivo da mesma é pontual com relação às produções de trabalhos de teses e dissertação produzidos no âmbito desses Grupos.

Nesse contexto, o levantamento no DGPB foi realizado com intuito de identificar os Grupos de Pesquisa da área da educação, especificamente aqueles que atuam desenvolvendo estudos e pesquisas no campo das políticas educacionais.

Este artigo tem como objetivo analisar a importância, a constituição e o panorama atual dos Grupos de Pesquisa que atuam no campo das políticas educacionais no Paraná. Para tanto, apresenta-se inicialmente uma discussão sobre as políticas de ensino superior e de Pós-Graduação que sustentam a emergência e o fortalecimento dos grupos. Em seguida, problematiza-se o conceito de Grupo de Pesquisa, destacando sua relevância para a formação acadêmica e para a socialização científica. Por fim, expõe-se o mapeamento realizado junto ao DGPB, que identificou e sistematizou os grupos paranaenses vinculados à área de políticas educacionais, apontando suas linhas de pesquisa e principais características.



À luz dessas considerações iniciais, pode-se dizer que, apesar da reconhecida relevância dos Grupos de Pesquisa para a consolidação do campo das políticas educacionais e para a formação de pesquisadores, conforme evidenciam estudos nacionais (André, 2007; Mainardes, 2021a; 2022a; Morosini, 2008), ainda são incipientes as pesquisas que sistematizam, em nível regional, a constituição, as linhas de investigação e as repercussões acadêmicas desses grupos, especialmente no contexto paranaense.

Argumenta-se que compreender a configuração e o funcionamento desses grupos é fundamental para o avanço dos estudos em políticas educacionais, uma vez que eles expressam tanto as condições institucionais da Pós-Graduação quanto os compromissos teórico-epistemológicos assumidos pelos pesquisadores que os integram.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de natureza bibliográfica e documental. A abordagem adotada busca articular duas dimensões. A primeira trata de um breve histórico sobre as políticas de Ensino Superior e Pós-Graduação no Brasil, bem como da constituição, importância e o papel dos Grupos de Pesquisa no Brasil, em especial no campo da Educação e das Políticas Educacionais. Esse movimento de estudo permitiu situar historicamente a emergência dos grupos, bem como compreender suas funções formativas e científicas.

Com relação a segunda abordagem, o levantamento documental, foi realizado um mapeamento dos Grupos de Pesquisa vinculados às universidades públicas do Paraná, com foco naqueles que possuem linhas de investigação relacionadas às políticas educacionais. Para tanto, foi consultado o DGPE, a partir do descritor “Políticas Educacionais”. O processo de busca foi refinado com base em critérios de inclusão e exclusão, de modo a contemplar exclusivamente grupos da área da educação, no período de 2020 a 2024, considerando os grupos ativos nesse intervalo, em consonância com o objetivo



de analisar o panorama recente da produção acadêmica no campo das políticas educacionais no Paraná.

O material coletado foi organizado de acordo com informações sobre linhas de pesquisa, lideranças, vinculação institucional e número de produções associadas. Esse procedimento possibilitou delinear o panorama atual dos grupos, evidenciando sua diversidade e amplitude.

A análise dos dados foi conduzida de forma descritivo-analítica, articulando os resultados do levantamento documental com a revisão da literatura sobre a temática. Essa triangulação buscou compreender não apenas a dimensão quantitativa dos grupos, mas também suas repercussões qualitativas para a formação de pesquisadores e para a consolidação do campo das políticas educacionais no estado do Paraná.

Políticas do Ensino Superior e a Pós-Graduação no Brasil

A consolidação da Pós-Graduação no Brasil está diretamente relacionada às políticas públicas implementadas a partir da segunda metade do século XX, em especial com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1951, e do CNPq, no mesmo ano.

Conforme a legislação vigente, o Ensino Superior está pautado em três pilares: Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, de acordo com o que está disposto na LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, considerando suas atualizações até o momento da presente pesquisa, a Educação Superior tem como finalidade:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;



IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição; VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (Brasil, 1996).

Os pontos citados são, juntos, a finalidade da Educação superior até o presente momento. Logo, todas as instituições de Ensino Superior no Brasil seguem o que está descrito na citação acima. Assim, pode-se afirmar que essas finalidades somente são alcançadas plenamente por meio da efetivação de políticas públicas consistentes, que possibilitem o desenvolvimento dos estudantes que estão na etapa do Ensino Superior. Um exemplo disso é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que incentiva o trabalho de pesquisa e investigação científica na graduação, ofertando bolsas de estudo.

Partindo das informações do mesmo documento, observa-se que a Educação Superior abrange cursos de graduação, cursos de Pós-Graduação e cursos de extensão, sendo ofertados em instituições públicas e privadas.

O sistema de cursos de pós-graduação no Brasil foi criado na década de 1970 por meio de dois estímulos relativamente independentes, um proveniente da área de educação, a partir da Reforma Universitária de 1968 e seus desdobramentos, e outro da área da ciência e tecnologia, sobretudo a partir do Ministério do Planejamento e suas agências de desenvolvimento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico



e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (Schwartzman, 2022, p. 228-229).

Conforme o mesmo autor, em 1951, a “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)” consolidou-se como principal agência de coordenação da Pós-Graduação brasileira, atuando na avaliação dos programas e administrando um amplo sistema de bolsas de estudo para seus alunos, no Brasil e no exterior (Schwartzman, 2022, p. 229).

Também na área de ciência e tecnologia, citando Pereira (2015 *apud* Schwartzman (2022, p. 229) apresenta que:

[...] o sistema federal de financiamento só começa a se organizar na década de 1970, com a transferência do antigo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) para o Ministério do Planejamento, agora com o nome de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e o estabelecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) como responsável por sua administração.

Nesse contexto, essas instituições desempenhavam o papel de financiadores dos Programas de Pós-Graduação- PPG que estavam em processo de criação, com o CNPq mantendo um sistema de bolsas de pesquisa e financiamento paralelo ao da CAPES.

A Pós-Graduação *stricto sensu*, no Brasil, estrutura-se com base em políticas públicas que visam não apenas à formação de pesquisadores e docentes qualificados, mas também à consolidação de um sistema de ciência e tecnologia articulado com o desenvolvimento social e econômico do país. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), delineia diretrizes e metas para o avanço da pesquisa científica e tecnológica, indicando a relevância de programas de mestrado e doutorado comprometidos com a excelência acadêmica e com a transformação das realidades educacionais e sociais (Brasil, 2012).



Dentro desse escopo, os PPGs são concebidos como espaços fundamentais de produção e difusão do conhecimento, e sua consolidação depende de políticas de fomento, avaliação e internacionalização que garantam qualidade à produção científica nacional (Brasil, 2010; Schwartzman, 2022).

Nesse panorama, os Grupos de Pesquisa auxiliam no processo de formação de pesquisadores na Pós-Graduação, sendo reconhecidos pelo CNPq desde 1992, por meio do DGPB. Sua importância reside na formação acadêmica de mestres e doutores, e na construção de projetos investigativos que contribuem para a compreensão e o enfrentamento de questões sociais complexas, como as desigualdades educacionais, o financiamento da educação e as políticas de avaliação.

Como destaca André (2007), os Grupos de Pesquisa configuram-se como espaços privilegiados de socialização científica, fomentando a cultura da pesquisa e o desenvolvimento da autonomia investigativa dos pós-graduandos.

Nesse sentido, a compreensão do papel dos Grupos de Pesquisa na Pós-Graduação requer também situá-los no marco regulatório que orienta a educação superior brasileira. Esse marco é estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que tem como finalidade estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Além disso, a LDB define a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como eixos estruturantes da formação universitária. Nesse contexto, a pesquisa é compreendida não apenas como uma atividade complementar, mas como parte constitutiva da missão acadêmica.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), estruturado pela CAPES, passou a se expandir significativamente a partir da década de 1970, consolidando-se como um dos pilares do desenvolvimento científico e tecnológico do país. Esse sistema é orientado pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), que, em diferentes períodos, têm enfatizado a necessidade de formar pesquisadores altamente qualificados, internacionalizar a produção



acadêmica e aproximar o conhecimento científico das demandas sociais e econômicas.

No interior desse sistema, os Programas de Pós-Graduação em Educação - PPGs, destacam-se por seu papel na produção de conhecimento crítico voltado para as políticas educacionais e para a formação de professores-pesquisadores. Tais programas não apenas formam mestres e doutores, mas também constituem espaços de debate e resistência frente a pressões de mercantilização e tecnocratização do ensino superior.

Nesse cenário, os Grupos de Pesquisa assumem centralidade como núcleos estruturantes da Pós-Graduação. Formalmente reconhecidos e registrados no DGPB desde 1992, eles integram docentes, discentes e pesquisadores em diferentes estágios da formação, criando ambientes de socialização científica, desenvolvimento de projetos coletivos e fortalecimento de redes acadêmicas. São, portanto, instâncias privilegiadas para a produção de conhecimento, a consolidação de campos do saber e a articulação entre teoria, prática e políticas públicas educacionais.

Grupos de Pesquisa: conceitos e relevância acadêmica

Segundo Morosini (2008), a chegada dos Grupos de Pesquisa no Brasil está relacionada diretamente ao conjunto da legislação e recomendações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para a Pós-Graduação, da atuação do CNPq e dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). Assim, a mesma autora aborda que, ao consultar o DGPB, observa-se que os primeiros Grupos de Pesquisa registraram sua fundação na segunda metade da década de 80. Atualmente, esses grupos estão integrados à Pós-Graduação e atividades docentes no Ensino Superior.

Conforme a autora, atualmente, os Grupos de Pesquisa estão incorporados à Pós-Graduação e à atividade docente universitária de modo geral, e isso ocorreu de forma gradual.



Nesse sentido, entende-se que os Grupos de Pesquisa se caracterizam como espaços, nos quais pesquisadores que se encontram em diferentes estágios da carreira profissional, atuam desenvolvendo pesquisas individuais e coletivas, além de outras ações. Esses pesquisadores podem ser estudantes de graduação, participantes de Iniciação Científica, Estudantes de Pós-Graduação, Professores da Educação Básica, Mestres e Doutores. Como ressaltam os autores citados anteriormente, isso estabelece uma hierarquia, que podemos caracterizar como horizontalizada. Porém, no espaço do Grupo de Pesquisa, essa horizontalidade permite a troca de experiências e a construção de novos saberes.

Mainardes (2022a) aborda que os Grupos de Pesquisa, além de ambientes de produção de conhecimento, são espaços de socialização científica, em que se constrói o *habitus* investigativo por meio da convivência acadêmica, do diálogo entre pesquisadores e da experiência compartilhada na prática da pesquisa. A formação de pesquisadores não ocorre apenas pelas disciplinas formais, mas também pela inserção em grupos que funcionam como comunidades de prática e comunidades epistêmicas, nas quais o domínio de interesse é compartilhado e os processos formativos envolvem trocas de saberes, construção de competências e debates teórico-metodológicos.

Segundo Mainardes (2022b), pesquisas mais recentes reforçam que a atuação dos Grupos de Pesquisa na área de Política Educacional se estrutura em três níveis de abordagem: macro (mapeamentos e panorama nacional), meso (dinâmicas de funcionamento e financiamento) e micro (trajetórias e relações internas). Nesse contexto, os líderes de Grupos de Pesquisa apontam que essas estruturas são fundamentais para a formação de pesquisadores, embora enfrentem desafios, como falta de tempo, financiamento e infraestrutura. Ainda assim, o papel formativo dos grupos é amplamente reconhecido, especialmente por favorecerem a articulação entre teoria e prática, o estímulo à autoria científica e o aprofundamento dos referenciais epistemológicos.



De forma complementar, o levantamento de Mainardes (2020), realizado junto ao DGPEB, identificou 275 Grupos de Pesquisa vinculados à área da Educação, distribuídos em todas as regiões do país. Essa ampla presença evidencia a consolidação do campo e o fortalecimento das redes de colaboração acadêmica, que são essenciais para o desenvolvimento das políticas públicas educacionais. Os dados da pesquisa também revelam a diversidade de instituições, linhas de pesquisa e configurações internas dos grupos, demonstrando que, embora não haja um modelo único, há padrões compartilhados que fortalecem a identidade científica e a atuação coletiva.

Assim, os Grupos de Pesquisa assumem um papel estratégico na educação superior brasileira, especialmente na Pós-Graduação. Eles são simultaneamente espaços de formação, de produção científica e de resistência política e epistemológica, atuando na consolidação de campos do saber e na crítica às formas de precarização do trabalho intelectual. Reconhecer essa centralidade é essencial para compreender os caminhos da ciência no Brasil e a importância da valorização das políticas de fomento à pesquisa.

Considerando que os Grupos de Pesquisa são o objeto deste estudo, é importante destacar que, na literatura existente, eles são compreendidos como “[...] um espaço essencial no desenvolvimento da pesquisa e na formação de pesquisadores” (Mainardes, 2022b, p. 3).

Linearmente, é válido considerar que os Grupos de Pesquisa favorecem o ingresso na Pós-Graduação. Com base nos dados e nas análises produzidas ao longo da investigação, é possível considerar que os Grupos de Pesquisa são ambientes em que os integrantes se encontram em lugares diferentes com relação à vida e carreira acadêmica, possibilitando o compartilhamento de experiências. Logo, os Grupos de Pesquisa auxiliam no processo em que o indivíduo se reconhece como pesquisador, pelo qual compreende o que é ser pesquisador, além da importância e responsabilidade que desenvolve com relação ao exercício da pesquisa acadêmica.



Diante das percepções elencadas sobre Grupos de Pesquisa, se torna viável construir reflexões acerca do conceito de capital social abordado por Bourdieu (2007), visto que os Grupos de Pesquisa se apresentam como espaços propícios para que os pesquisadores estabeleçam relações de trocas e compartilhamento de conhecimento.

De acordo com Bourdieu (2007, p. 67), “[...] o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento”. Dessa forma, é possível afirmar que os Grupos de Pesquisa são espaços em que se constroem essas relações duráveis.

O capital social, como conjunto de recursos atuais e potenciais, está ligado à vinculação a um grupo com um conjunto de agentes que são dotados de características próprias comuns, também de *ligações permanentes úteis*, que seriam os interesses em comum dos indivíduos pertencentes a um grupo. Ainda, “[...] a existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um dado social, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição” (Bourdieu, 2007, p. 68). Assim, a existência dessa rede não é exclusivamente constituída a partir do grupo familiar, relações de parentesco e outras características de formação social, mas também do produto do trabalho e da manutenção do que o próprio indivíduo possui. Portanto, essa rede de ligações é o resultado de estratégias de investimento social que acontece conscientemente ou inconscientemente sob orientações para determinada instituição ou reprodução de relações sociais. Nesse contexto ocorrem trocas, as quais:

[...] transformam as coisas trocadas em signos de reconhecimento e, mediante o reconhecimento mútuo e o reconhecimento da inclusão no grupo que ela implica, produz o grupo e determina ao mesmo tempo os limites, isto é, os limites além dos quais a troca constitutiva, comércio, comensalidade, casamento, não pode ocorrer (Bourdieu, 2007, p. 68).

Bourdieu (2007) afirma, então, que a reprodução do capital social é tributária das instituições que visam a favorecer as trocas legítimas, excluindo



trocas ilegítimas e, assim, produzindo práticas ou ocasiões que reúnem indivíduos homogêneos. Ela também é tributária do trabalho da sociabilidade, espaço em que existem trocas que se afirmam e reafirmam em um reconhecimento.

Diante disso, os Grupos de Pesquisa assumem papel fundamental na vida acadêmica dos pesquisadores mais maduros, e principalmente na carreira de pesquisadores que ainda estão iniciando nesse meio. No caso de pesquisadores com mais experiência, os Grupos de Pesquisa contribuem para o aprimoramento de suas habilidades, além de permitir o avanço crítico em suas pesquisas. Já no caso dos pesquisadores iniciantes, a participação em Grupos de Pesquisa é essencial para o seu processo de maturidade acadêmica e intelectual.

Conforme Morosini (2008), os Grupos de Pesquisa também podem apresentar dinâmicas e/ou organizações diferentes, dependendo dos seus objetivos enquanto grupo. Para a autora, ainda é necessário aprofundar os estudos sobre o modo de funcionamento dos grupos em distintas áreas e campos acadêmicos. Nas ciências humanas, é comum que esses grupos atuem como espaços de estudo e debate, nos quais os integrantes desenvolvem projetos individuais. Entretanto, há também aqueles que promovem encontros voltados à orientação coletiva.

Diante disso, podemos afirmar que cada Grupo de Pesquisa possui dinâmicas e formas de organização diversas, apesar de que todos eles tenham compromissos e objetivos em comum. Podem divergir, por exemplo, na forma como organizam e realizam os estudos e pesquisas. Alguns podem ter mais desenvoltura com atividades de interface com a graduação, e outros podem ter um foco mais voltado para a Pós-Graduação.

Além da função formativa, os Grupos de Pesquisa contribuem para a consolidação de campos científicos específicos. No caso da Educação e, particularmente, das Políticas Educacionais, sua atuação tem sido decisiva para a institucionalização do campo no Brasil. Ao promover debates teóricos e metodológicos, fomentar a produção crítica e desenvolver projetos de



investigação articulados com demandas sociais, esses grupos desempenham papel estratégico tanto na formação de pesquisadores quanto na incidência sobre políticas públicas.

Outro aspecto relevante é que os grupos funcionam como instâncias de resistência acadêmica e epistemológica. Em um contexto de crescente mercantilização da educação superior, eles reafirmam a pesquisa como atividade coletiva, crítica e comprometida com a transformação social. Assim, a importância dos grupos ultrapassa a dimensão acadêmica, alcançando também a esfera política, na medida em que sustentam o caráter público, socialmente referenciado e crítico da produção do conhecimento em educação.

Panorama dos Grupos de pesquisa em Políticas Educacionais o Paraná

Conforme os dados do Censo dos Grupos de Pesquisa do DGPB, do CNPq do ano de 2016, Mainardes (2022b) destaca que, do total de 37.640 grupos, 3.595 eram da área de educação (9,6%); e do conjunto de 199.566 pesquisadores, 26.011 pertenciam ao campo da educação (10,2%). Esses números colocam a área de educação como a maior em termos do número de grupos e de pesquisadores.

Os dados apresentados, embora se refiram exclusivamente ao ano de 2016, evidenciam a expressiva presença da área da educação no cenário nacional de pesquisa, tanto em número de grupos quanto de pesquisadores. Esse destaque quantitativo pode ser interpretado como um indicativo da relevância e do interesse crescente por investigações no campo educacional. Assim, a área configura-se como um espaço fértil para o desenvolvimento de estudos, o que reforça sua pertinência como objeto de análise nesta pesquisa.

O mapeamento dos Grupos de Pesquisa foi realizado no DGPB, com o descritor “políticas educacionais”. A busca inicial resultou em 896 grupos no país. Após aplicar critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados apenas os grupos da área da Educação, vinculados a universidades públicas do Paraná e com vínculo ativo entre 2020 e 2024.



Após a busca inicial de 896 grupos, aplicaram-se critérios de exclusão para adequar os resultados aos objetivos da pesquisa. Selecionaram-se os grupos da área da Educação e que tratavam sobre temáticas do campo das políticas educacionais, vinculados a universidades do Paraná, totalizando 80 grupos que estão listados no apêndice A deste texto. Em seguida, para obter a amostra de pesquisa, restringiu-se aos que abordavam especificamente políticas educacionais em sua nomenclatura, resultando em 31. Por fim, consideraram-se apenas os pertencentes a universidades públicas do Paraná, chegando a 21 grupos.

A partir desse refinamento, foram identificados 21 Grupos de Pesquisa atuantes no campo das políticas educacionais, distribuídos entre instituições como a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e outras. Os dados foram sistematizados em quadros, de modo a evidenciar as linhas de pesquisa, lideranças, produções associadas e vínculos institucionais.

O quadro a seguir compreende os Grupos de Pesquisa que atuam no campo das políticas educacionais e estão vinculados a universidades públicas do Paraná.

Quadro 1 - Relação dos Grupos de Pesquisa a partir da busca no DGPB

	Nome do Grupo de Pesquisa	Data de criação	IES	Área pre-dominante
1	Ensino, Aprendizagem e Políticas Educacionais	2013	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Educação
2	Estado, Políticas e Gestão da Educação	2013	Universidade Estadual do Centro-Oeste	Educação
3	Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores/as (EPEFOP)	2021	Universidade Estadual de Maringá	Educação

(Continua)



(Continuação)

4	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de Professores, Ação Docente e Educação Escolar Indígena	2020	Universidade Estadual de Maringá	Educação
5	GEPEFI – Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação	2014	Universidade Estadual de Maringá	Educação
6	Grupo de Estudos e Pesquisa Gestão, Currículo, Políticas Públicas Educativas e Sociedade – GeCuPES	2022	Universidade Estadual do Norte do Paraná	Educação
7	Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, História, Políticas e Educação	2020	Universidade Estadual do Paraná	Educação
8	Grupo de estudos e pesquisas em política educacional e social	2006	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Educação
9	Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância – GEP-PEIN	2012	Universidade Estadual de Maringá	Educação
10	Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas educacionais	2002	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Educação
11	Grupo de Pesquisa em Política Educacional e Formação de Professores	2003	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Educação
12	Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica	2023	Instituto Federal do Paraná	Educação
13	Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação	2010	Universidade Estadual de Londrina	Educação
14	Política Educacional e Avaliação	2010	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Educação
15	Políticas Educacionais e Práticas Educativas – GP-PEPE	2005	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Educação
16	Políticas educacionais: relações entre capital, trabalho e estado	2022	Universidade Estadual de Londrina	Educação



17	Políticas Públicas e Gestão Educacional	2014	Universidade Estadual de Maringá	Educação
18	Políticas públicas, educação permanente e práticas educacionais da Educação de Jovens, Adultos e Idosos-GEJAI	2003	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Educação
19	Políticas e Gestão da Educação	2008	Universidade Federal do Paraná	Educação
20	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Comparada de Políticas Educacionais - GEPEC	2012	Universidade Federal do Paraná	Educação
21	Políticas Públicas Educacionais e o Ensino da Matemática	2013	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Educação

Fonte: elaborado pelas autoras com dados do diretório dos Grupos de Pesquisa (2025).

Perfil dos grupos selecionados

É válido destacar que os Grupos de Pesquisa atuam favorecendo o desenvolvimento intelectual, social e acadêmico do indivíduo, contribuindo com o processo de constituição do *habitus* científico. Assim, Bourdieu (1996, p. 21-22) cita que “o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em conjunto unívoco de escolhas, de bens, de práticas”.

Desse modo, conforme Mainardes (2021b), em uma perspectiva estruturalista, o *habitus* pode ser descrito como algo que objetiva findar a oposição entre o agente e a sociedade. Nesse sentido, o *habitus* corresponde à capacidade de uma determinada estrutura social ser assimilada por meio das disposições para sentir, pensar e agir dos agentes, as quais são estruturadas pela interação social (Mainardes, 2021b).

A partir disso, pode-se afirmar que as ações realizadas dentro dos Grupos de Pesquisa, os estudos desenvolvidos, as ideias que são geradas e colocadas em prática constituem o *habitus* científico do pesquisador, permitindo que



aprimore as concepções adquiridas anteriormente e desenvolva novas habilidades intelectuais e acadêmicas.

Ainda é importante ressaltar que o pesquisador se reconheça como parte do grupo, no sentido de buscar participar ativamente nesse processo para que possa incorporar os conhecimentos compartilhados no Grupo de Pesquisa. Assim, poderá agregar mais e de maneira aperfeiçoada às pesquisas na área da educação.

Com o objetivo de compreender a configuração e o alcance dos Grupos de Pesquisa que integram esta investigação, realizamos um levantamento no DGPB. Foram caracterizados os grupos selecionados considerando linhas de pesquisa, liderança e número de membros ativos.

O Grupo *Ensino, Aprendizagem e Políticas Educacionais* (UTFPR), criado em 2013 e liderado por Shiderlene Vieira de Almeida, desenvolve pesquisas em políticas educacionais e cognição e aprendizagem, contando com 7 participantes (2 graduandos e 5 mestres/doutores). Já o grupo *Estado, Políticas e Gestão da Educação* (PPGE/Unicentro), também criado em 2013, é coordenado por Michelle Fernandes Lima e Marisa Schneckenberg e reúne docentes, alunos de graduação e Pós-Graduação (3 doutorandos, 2 mestrados e 12 pesquisadores), com foco em políticas e gestão educacional, formulação e avaliação de políticas e formação docente.

O grupo *Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores/as* (EPEFOP) (PPGE/UEM), criado em 2021 e coordenado por Marcos Vinicius Francisco, investiga políticas educacionais e formação docente em articulação com movimentos sociais, desigualdades e violência escolar, sendo integrado por graduandos, pós-graduandos, docentes e pesquisadores. O grupo *Políticas Educacionais, Formação de Professores, Ação Docente e Educação Escolar Indígena* (PPGE/UEM), coordenado por Maria Christine Berdusco Menezes e Maria Simone Jacomini Novak, desenvolve pesquisas interdisciplinares sobre formação docente, educação indígena e práticas pedagógicas, com 13 participantes (5 doutorandos, 1 mestrando, 2 graduandos e 5 pesquisadores).



O *Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação* (PPGE/UEM), criado em 2014 e liderado por Jani Alves da Silva Moreira e Maria Eunice França Volsi, investiga formulação, financiamento e gestão educacional, políticas docentes e plataformização da educação, com ampla participação (39 integrantes: 4 estrangeiros, 1 pós-doc, 5 doutorandos, 7 mestrandos, 3 especialistas, 9 graduandos e 9 pesquisadores). Já o *GeCuPES* (UENP), coordenado por Luiz Antonio de Oliveira, estuda currículo, políticas públicas, gestão, gênero e diversidade, com 14 membros.

O grupo *Estado, História, Políticas e Educação* (Unespar), liderado por Adão Aparecido Molina, investiga políticas educacionais sob perspectiva histórica, articulando Estado, economia e educação, com 23 membros (1 estrangeiro, 6 mestrandos, 1 graduando e 15 pesquisadores). Na Unioeste, o grupo *Política Educacional e Social* é coordenado por Luiz Fernando Reis e foca políticas públicas educacionais e sociais, reunindo entre 10 e 15 docentes e pesquisadores.

O *GEPPEIN* (PPGE/UEM), coordenado por Vânia de Fátima Matias de Souza, analisa Estado, infância e financiamento da educação em perspectiva histórica, com 11 integrantes e produção ampla de livros, artigos e eventos. O grupo *Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais* (PPGE/UEPG), coordenado por Simone de Fátima Flach e Carina Alves da Silva Darcoletto, segue perspectiva marxista e investiga políticas docentes, trabalho e educação, com 16 membros (5 doutorandos, 3 mestrandos e 8 pesquisadores).

O grupo *Política Educacional e Formação de Professores* (PPGE/UEPG), liderado por Silmara de Oliveira Gomes Papi, pesquisa políticas educacionais e programas pedagógicos, abrangendo níveis macro, meso e micro da gestão educacional. Já o grupo *Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica* (IFPR), liderado por Luiz Aparecido Alves de Souza, atua no campo da educação profissional e tecnológica, articulando gestão e práticas pedagógicas.



O *Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação* (PPGE/UEL), criado em 2010 e coordenado por Eliane Cleide da Silva Czernisz e Maria José Ferreira Ruiz, investiga políticas públicas e gestão da educação. O grupo *Política Educacional e Avaliação* (PPGE/UEPG), criado em 2010, liderado por Mary Ângela Teixeira Brandalise e Clícia Bühner Martins, analisa políticas de avaliação na Educação Básica e Superior, com 21 participantes.

O *GPPEPE* (PPGE/UEPG), criado em 2005 e coordenado por Jefferson Mainardes e Silvana Stremel, atua em três eixos: epistemologias da política educacional, análise de políticas específicas e políticas institucionais. Conta com 12 membros e parcerias internacionais, com referenciais como Bourdieu, Bernstein e Ball. Já o grupo *Políticas Educacionais: relações entre capital, trabalho e Estado* (PPGE/UEL), criado em 2022 e liderado por Gisele Masson, investiga políticas de formação e valorização docente, com 5 pesquisadores.

O *Políticas Públicas e Gestão Educacional* (PPGE/UEM), criado em 2014 e liderado por Elma Júlia Gonçalves de Carvalho, estuda políticas públicas e gestão em sua relação com Estado e sociedade, com 15 integrantes. O *GEJAI* (PPGE/UEPG), criado em 2003 e coordenado por Rita de Cássia da Silva Oliveira, pesquisa EJA e educação permanente, com 15 participantes (6 doutorandos, 1 pós-doc, 3 graduandos e demais mestres/doutores).

Na UFPR, o grupo *Políticas e Gestão da Educação*, liderado por Ângelo Ricardo de Souza e Andréa Barbosa Gouveia, é o mais numeroso, com mais de 100 membros entre docentes e discentes. Ainda na UFPR, o *GEPEC*, coordenado por Rose Meri Trojan, reúne 17 integrantes em pesquisas de educação comparada. Por fim, o grupo *Políticas Públicas Educacionais e o Ensino da Matemática* (UTFPR), liderado por Marlova Estela Caldatto, conta com 5 participantes (3 pesquisadores e 2 mestrandos/doutorandos).

De forma geral, observa-se que os grupos são majoritariamente liderados por docentes de Programas de Pós-Graduação em Educação, com linhas de pesquisa voltadas para políticas públicas, gestão e financiamento da educação, formação e valorização docente, avaliação educacional e



inclusão (EJA, educação indígena e educação permanente). As repercussões acadêmicas incluem produção científica (teses, dissertações, artigos, livros), participação em eventos, parcerias nacionais e internacionais, bem como a articulação com a graduação.

A seguir, apresentamos uma imagem ilustrativa de uma nuvem de palavras que corresponde às principais temáticas pesquisadas dentro das linhas de pesquisa dos grupos que fazem parte desta investigação.

Figura 1 - Nuvem de palavras dos termos recorrentes nas descrições das linhas de pesquisa



Fonte: elaborada pelas autoras com auxílio do software Infogram.

A nuvem de palavras possibilita uma visualização sintética das temáticas mais recorrentes nas descrições das linhas de pesquisa dos grupos. Nota-se a ênfase em categorias como *Educação Básica*, *Políticas Educacionais*, *Formação de Professores* e *Estado*, indicando a centralidade desses temas nas produções acadêmicas analisadas. Destacam-se, ainda, termos como *Educação Inclusiva*, *Financiamento da Educação*, *Gestão da Educação*, *Educadores Indígenas*, *Cognição* e *Violência Escolar*, o que revela a diversidade de enfoques das investigações desenvolvidas. A presença desses elementos evidencia não apenas o compromisso com a análise crítica das políticas públicas educacionais,



mas também a articulação entre diferentes dimensões sociais, culturais, históricas e econômicas que atravessam o campo da educação.

Análise do panorama

A análise do panorama revela que os Grupos de Pesquisa em políticas educacionais do Paraná configuram-se como espaços estratégicos para a produção de conhecimento crítico e situado. A diversidade temática das linhas de investigação indica um esforço em abarcar diferentes dimensões das políticas educacionais, desde aspectos macroestruturais, como financiamento e gestão, até questões mais específicas, como educação indígena, educação profissional e inclusão social.

Os dados também evidenciam que tais grupos cumprem uma função formativa, pois integram docentes, discentes de mestrado e doutorado e, em alguns casos, estudantes de iniciação científica. Essa composição possibilita a socialização científica e a constituição de trajetórias acadêmicas vinculadas ao campo das políticas educacionais.

Outro ponto a ser destacado é o impacto regional e nacional das produções desses grupos. Por meio de teses, dissertações, artigos e participação em redes de pesquisa, os grupos contribuem para debates mais amplos sobre políticas públicas educacionais, influenciando tanto a produção acadêmica quanto a formulação de diretrizes no âmbito das instituições de ensino superior e de órgãos gestores de educação.

Assim, o panorama indica que os Grupos de Pesquisa em políticas educacionais no Paraná atuam como núcleos centrais para a consolidação do campo, articulando formação acadêmica, produção científica e compromisso social.

Considerações finais

A análise realizada permitiu evidenciar a importância e a configuração dos Grupos de Pesquisa em políticas educacionais vinculados às universidades públicas do Paraná. O levantamento mostrou que esses grupos constituem-



se como espaços privilegiados de socialização científica, formação de novos pesquisadores e produção de conhecimento crítico no campo da educação.

Os resultados apontam que a diversidade de linhas de pesquisa e a presença institucional em diferentes universidades reforçam o papel estratégico desses grupos na consolidação do campo das políticas educacionais. Ao abarcar temáticas como financiamento, gestão, formação de professores, inclusão e avaliação, eles contribuem para compreender e enfrentar os desafios contemporâneos da educação pública brasileira.

Além disso, verificou-se que a inserção dos grupos na estrutura da Pós-Graduação favorece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo o caráter formativo da pesquisa acadêmica. Nesse sentido, sua importância transcende a dimensão estritamente científica, alcançando também o plano político, na medida em que reafirmam a relevância da pesquisa como prática crítica e socialmente referenciada.

Em síntese, os Grupos de Pesquisa em políticas educacionais configuram-se como núcleos estruturantes da Pós-Graduação e da pesquisa em educação, atuando na formação de pesquisadores e na produção de conhecimento comprometido com a transformação social. Compreender sua constituição e panorama atual é, portanto, fundamental para fortalecer o campo das políticas educacionais e ampliar sua contribuição.

Referências

ANDRÉ, Marli. Eliza. Dalmazo. Afonso. Grupos de pesquisa: formação ou burocratização? **Revista de Educação PUC**, Campinas, n. 23, p. 133-138, nov. 2007. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/176> . Acesso em: 10 jun. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020. Brasília: MEC: CAPES, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg-2011-2020> . Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de PósGraduação (SNPG)**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sistema-nacional-de-pos-graduacao-snpg>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Panorama dos grupos de pesquisa em política educacional no Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/79217/43229>. Acesso em: 13 jun. 2025

MAINARDES, Jefferson. Grupos de Pesquisa da área de Educação no Brasil: revisão de literatura. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 65, p.1-23, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i65.21571>

MAINARDES, Jefferson. Grupos de Pesquisa de Política Educacional: análise da opinião de líderes. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 26, p. 1-29, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2022.261.03>

MAINARDES, Jefferson. Grupos de pesquisa em educação como objeto de estudo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. e08532, 2022a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/6cNpjBBjGGcLcQSzMwK56jg/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Panorama dos grupos de pesquisa de política educacional no Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v15i0.79217>



MOROSINI, Marília Costa. Grupos de pesquisa no Brasil: a perspectiva do campo científico. *In*: CUNHA, M. I; BROILO, C. L. (org.). **Pedagogia Universitária e Produção de Conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda?. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 104, p. 227-248, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36104.011>

Nota

- 1 [O Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil \(DGPB\) - Link](#)



Como citar

GRUTKA, Monica; SCHNECKENBERG, Marisa. Grupos de Pesquisa em Políticas Educacionais: Um mapeamento no contexto paranaense. *Educação em Análise*, Londrina, v. 11, p. 1-27, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.54098>.

Submetido em: 26 de outubro de 2025

Aceito em: 29 de janeiro de 2026

Publicado em: 31 de março de 2026



CRediT

Reconhecimentos:	Não se aplica
Financiamento:	Não se aplica
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica
Contribuição dos autores:	<p>GRUTKA, M. declara ter realizado conceitualização, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração de projetos, visualização, redação – preparação do rascunho original, redação – revisão e edição.</p> <p>SCHNECKENBERG, M. declara ter realizado supervisão, metodologia, validação, recursos, redação – revisão e edição.</p>

Equipe Editorial

Editor de Seção:	Quenizia Vieira Lopes
Membro da Equipe de Produção:	Junior Peres de Araujo
Assistente de Editoração:	Martinho Gilson Cardoso Chingulo
Layout e Diagramação:	Carolina Motter Pizoni - Escritório de Apoio ao Editor Científico

